

A Democracia Digital e a Redefinição do Espaço Público

José Maria Santana Caselas

Universidade de Évora

Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, Portugal

Resumo

De que modo a democracia digital pode configurar o espaço público? Para Bernard Stiegler, a sociedade hiperindustrial conduz a uma intoxicação e a uma saturação, no que designa uma farmacologia e uma desindividuação, a cargo das mnemotecnologias hypomnésicas: telemóveis, redes numéricas, GPS, medias, etc. Contra esta proletarização farmacológica que destrói a atenção, impõe-se uma nova farmacologia do espírito, uma política de desenvolvimento das tecnologias de espírito. Esse esforço democrático pode ser assumido pela Internet como tecnologia hipomnésica, como processo de transindividuação biopolítica, promovendo um *socius*, que não desperdice o tempo da consciência, a memória. A transindividuação democrática recorre a blogs e redes sociais para reconstituir o espírito contra a incúria. A farmacologia do psicopoder necessita de uma nova terapêutica através das tecnologias relacionais. Dominique Cardon, por seu turno, apresenta a forma política da Internet como uma possibilidade de alargamento do espaço público, para além da democracia representativa. Os sujeitos livres dos gatekeepers dos media convencionais redefinem a liberação das subjetividades. Para Cardon: “A Internet ensinou-nos que, para alargar o círculo da expressão pública, é necessário tolerar os enunciados na primeira pessoa, os pontos de vista assumidos, as vozes irrisórias, os pontos de vista, as afirmações peremptórias, os comentários ousados, poéticos, maníacos, engraçados e vibrantes.” (Cardon, 2009) A web recupera uma comunicação interpessoal, um espaço de sociabilidade e cidadania para a construção e a descoberta do comum, formando compromissos acentrados. Estaremos perante uma nova ordem republicana mais participativa da democracia digital? O universo da webdemocracia propicia uma ecologia do espírito sem hierarquização que pode alargar as possibilidades sociais e a intervenção ativista. A comunidade interpretativa desta resistência contra o poder assume uma batalha contra-hegemónica e uma partilha expressivista. Que tipo de governamentalidade deriva da Internet, que pressuposição de igualdade está aqui prevista?

Palavras-chave: *democracia digital; espaço público; transindividuação; espírito; biopoder.*

Tema: *Redes sociais e cidadania*

I. Democracia e Transindividuação

Nas suas obras, o filósofo Bernard Stiegler, alude ao declínio do espírito do capitalismo e da Europa, com a proletarização dos comportamentos, o que produz uma desafeção e uma desafecção. O indivíduo desafectado é o que perdeu a individuação em dois sentidos: não é capaz de sentir afectos, tornando-se indiferente e pulsional e, por outro lado, deixa de ter um lugar ou um *ethos*, não sabendo como viver. Ele torna-se, por conseguinte, incontrolável. Em primeiro lugar, importa afirmar que a farmacologia de Stiegler ocupa-se da

questão técnica que supostamente afecta o sistema nervoso do indivíduo e a sua relação com o desejo. Diz Stiegler: “A sociedade hiperindustrial está intoxicada, e a primeira questão política é a da sua desintoxicação. A intoxicação é produzida por fenómenos de saturação, que afectam em particular as funções superiores do sistema nervoso: a concepção (o entendimento), a sensibilidade e a imaginação, isto é, a vida intelectual, estética e afectiva - *o espírito em todas as suas dimensões.*” (Stiegler, 2006, p. 124) Uma das teses principais de Stiegler é que o capitalismo hiperindustrial desvia a libido infantil para os objectos de consumo prejudicando a identificação primária. No primeiro vol. de *Mécreance et Discrédit*, Stiegler declara que reina uma miséria espiritual (como resíduo de um espírito do capitalismo no sentido weberiano) que se encontra mascarada de psicopatologia quando na verdade é de uma *sociopatologia* que se trata. As tecnologias hipomnésicas ou mnemotécnicas lesam a memória e os saberes por meio da indústria dos serviços e aparelhos, conduzindo a um processo de proletarização farmacológica. O trabalhador é desindividuoado através da captação da sua atenção para o consumo, destruindo a sua energia libidinal (o que Marcuse chamou a dessublimação). É a este processo que Stiegler designa a farmacologia (evocando o *phármakon* platónico enquanto remédio e cura) o que deve suscitar uma nova crítica da economia política. Na obra *Pour une nouvelle critique de l'économie politique*, o que está em causa é precisamente a denúncia dessa farmacologia.¹ A proletarização do sistema nervoso deve-se à intervenção cada vez maior dos *hypomnémata* que automatizam a memória e conduzem a uma estupidez sistémica e também a uma cretinização das elites financeiras. Os *hypomnémata* promovem a artificialização e a exteriorização técnica da memória. Tudo o que é calculável é dirigido ao mercado, numa época de capitalismo cognitivo que destrói a crença. A uma *economia da incúria*, Stiegler propõe uma *economia da contribuição* como reversibilidade do processo de desindividuação e proletarização do sistema nervoso no que designa uma externalidade positiva farmacológica. Assim, trata-se de lutar contra a farmacologia capitalista por meio do mesmo *pharmakon* no sentido de uma terapêutica psicossocial. (2009, p. 72), visto que a nossa época vive uma revolução das mnemotecnologias hipomnésicas: telemóveis, redes numéricas, GPS, *medias*, a biónica, etc.² As mnemotecnologias de base são a fotografia, a fonografia, o cinema, a rádio e a televisão.

¹ «Une nouvelle critique de l'économie politique est nécessaire, et elle doit constituer aussi une critique pharmacologique de l'économie libidinale.» (Stiegler, 2009, p. 57)

² Em *Réenchâter le monde*, Stiegler designa-as como tecnologias R (relacionais). «toutes sortes de dispositifs techniques et de réseaux de télécommunication et de radiotélédiffusion, dont les lecteurs de codes-barres et de cartes à puces, les capteurs de puces RFID (*Radio Frequency Identification*), les objets communicants et les liaisons wi-fi ou bluetooth sont devenus les périphériques ou les sous-

O consumidor da época hiperindustrial labora, assim, numa «des-economia» característica das sociedades de controlo: “Mas, com as sociedades de controlo, já não se trata apenas de fazer da população uma máquina para produzir: trata-se, isso sim, de fazer dela um mercado para consumir e o adestramento torna-se o dos comportamentos de consumo - e é nessa medida que se trata de uma dessubjectivação, isto é, de uma destruição programada da singularidade do saber-viver (*savoir-vivre*). Ora, neste processo, a própria «burguesia» é progressivamente absorvida: ela própria é dessubjectivada pelas tecnologias biopolíticas que põs em movimento.” (Stiegler, 2004: 116) É preciso que a constituição de si permitida pelos *hypomnémata* recolque a individuação psíquica num *nós* sem a liquidação do si político, restabelecendo a *crença* e a *confiança*. Nos termos do autor, esta constituição de si é simultaneamente europeia.³

O que está em causa é uma crítica do neurocentrismo, da captação da atenção pelo *marketing* e do consumismo aditivo. A falta de atenção resulta numa lobotomização química das singularidades sofredoras. A excessiva captação da atenção para o consumo destrói a atenção e produz a desafecção. “Trata-se não apenas de ecologia (do espírito e consequentemente dos ambientes naturais onde vivem e que transformam os seres farmacológicos que somos), mas de higiene, isto é, de cuidado no sentido clássico. E nisto, trata-se de uma questão que Foucault chamou a biopolítica - mas também que a prolonga, introduzindo aí uma dimensão mais próxima das questões iniciais da filosofia como as técnicas de si e o papel dos *hypomnémata* na existência individual e na existência colectiva, isto é, no «governo de si e dos outros», e pelo estudo das quais Foucault realizou a primeira genealogia das psicotécnicas, que nos serviram de base para a construção de um novo aparelho crítico com vista a pensar a evolução das *epistémé* que Foucault chamou depois as arqueologias - quer dizer o que são para nós dispositivos retencionais terciários.” (Stiegler, 2008, p. 170) Se por um lado, a crítica de Stiegler à toxicomania como modelo social é pertinente, por outro, ela mesma está refém de um modelo medicalizado, visto que *psicanalisa* a sociedade e o processo de desindividuação assim operado. A perda simbólica de si e a perda do superego é uma visão analítica do fenómeno social que mimetiza esses

réseaux, et à quoi s'ajouteront demain les microtechnologies, qui sont aussi les supports de la biométrie, puis les nanotechnologies dans leur ensemble.» (2006b, p. 39)

³ «Il est ici question de constitution. Et là où l'on doit passer de l'individuation psychique à l'individuation psychique et collective, il doit alors être question d'une politique des *hypomnémata* telle qu'elle rend possible une constitution de soi appuyée sur une constitution du nous en tant que constitution proprement politique, en tant que fondation d'un stade nouveau d'une individuation psychique et collective correspondant à l'âge mnémotechnologique de son époque. C'est sur un tel registre qu'aujourd'hui doit être posée la question d'une constitution européenne.» (Stiegler, 2004, p. 118)

modelos que pretende criticar. Stiegler chega mesmo a diagnosticar «novas» doenças do que chama uma sociopatologia, como seja a «epilepsia social» (2008, p. 123) e a síndrome da hiper-solicitação da atenção (2008a, p. 172) que reduz a existência a uma subsistência e onde o biopoder se torna psicopoder por meio da intervenção do *marketing*. Por isso, é preciso pensar uma revolução deste sistema económico para uma nova forma de atenção noética.

Apresentado o panorama político-terapêutico da sociedade industrial consumista, Stiegler, propõe uma mudança na organização do trabalho e do mercado com vista a uma sociedade de participação, ou, noutros termos, uma democracia participativa. Neste caso, a participação democrática não se cinge à campanha eleitoral ou à vida política pós-eleitoral; trata-se, isso sim, de uma «participação numa nova forma de organização económica e social em todos os aspectos da existência humana: como novo modo de vida [...]» (Stiegler; Crépon, 2007, p. 74) Esse esforço democrático passa pelo que o autor designa como transindividuação⁴, que não é nem o *Eu* (individual) nem o *Nós* (interindividual); é a co-individuação do *Eu* e do *Nós* no meio (*milieu*). «Os processos de transindividuação são circuitos de trocas no decurso dos quais se formam normas e modos de vida partilhados e desejados pelo facto mesmo da sua partilha, que designo como troca simbólica.» (Idem: 78) A dissociação da pobreza simbólica impede os circuitos de participação, provocando a dessimbolização e a dessublimação, destruindo o desejo. Ao invés, a transindividuação permite uma individuação colectiva e social (a oposição entre produtores e consumidores faz com que estes últimos, como consumidores de símbolos, não participem na criação dos mesmos).

Importa retomar as tecnologias industriais do espírito com a finalidade de um novo processo de individuação. Essas mesmas tecnologias serão utilizadas na constituição da Europa e como individuação cooperativa. Para Stiegler a Internet como tecnologia hipomnésica permite desenvolver novas formas de transindividuação, mas, como *pharmakon*, tanto pode produzir externalizações positivas como negativas. Essa individuação colectiva de uma sociedade europeia a inventar não coincide com o espaço europeu atual, onde ocorre o mero policiamento dos circuitos comerciais dos produtores e consumidores: deve ser uma *potência pública*. (2006a: 86) Porém, Stiegler não fornece indicações relevantes sobre esta

⁴ «La transindividuation, c'est la trans-formation des *je* par le *nous* et du *nous* par les *je* [qui] est d'emblée et d'un même et d'un même mouvement la trans-formation du milieu symbolique à l'intérieur duquel seulement les *je* peuvent se rencontrer comme un *nous*. Les milieux sociaux ne sont des milieux d'individuation que dans la mesure où ils sont participatifs: l'individuation du milieu s'accomplit à travers l'individuation de ceux qui vivent dans ce milieu, et réciproquement» (Idem, p. 74)

nova organização da economia libidinal/industrial. A Internet seria o meio técnico-simbólico para o desenvolvimento da transindividuação e para resistir à democracia oligárquica, cujos dispositivos de representação desinvestiram a individuação numa comunicação de massa telecrática (telecracia). A democracia participativa é representativa; todavia a perda de participação induziu uma miséria económica e uma fractura estética. O autor indica a Internet como reinvenção de uma linguagem simbólica ao serviço dos novos dispositivos de transindividuação e possibilidade de invenção política e social.

A transindividuação implica um processo de *individuação de referência*, que consiste numa identificação psicossocial, uma relação de *philia*. A perda de participação é uma falha narcísica (do narcisismo primordial) que não se projecta num narcisismo do nós. Essa perda de individuação (devido ao processo de mundialização) pode ser reconvertida através de um *otium* do povo. Como reconstituir essa nova configuração política? Stiegler invoca os *blogs*, o horizonte de um modo de vida europeu, um esforço da cultura moral e espiritual e uma *inteligência das multidões* capaz de se opor às oligarquias da política industrial. “A política, como democracia, consiste em fazer com que todos tenham o direito e o dever de *cuidar de tudo*, de ter *responsabilidade de tudo*, e de poder *falar a propósito de tudo*, de *dizer tudo o que quiserem*. Esta liberalidade política da participação é uma versão do cuidado, é uma assunção do cuidado, e supõe que seja *cultivado* um saber político, e que se cuide de um tal saber pelos *representantes* políticos, o que chamei em *La Télécratie contre la démocratie*, um *saber-viver politicamente*.” (2007, p. 115)

A audiência é uma sincronização dos comportamentos por via dos meios de comunicação de massas que bombardeiam as consciências. Esse dispositivo de sincronização adoptado pelas indústrias culturais para os produtos de consumo, produz uma des-diacronização, um sofrimento do narcisismo primordial e perda do amor de si.

Poderá o processo de individuação democrática recorrer aos blogs como alternativa à indústria de programas? De facto, para Stiegler, o blog cria um novo circuito de transindividuação. «Os blogs são a base técnica de uma nova forma de amatorat, isto é, de *philia*, na medida em que permitem formar um novo tipo de transindividuação que assenta na participação de cada um na transformação do novo tipo de meio associado.» (2006b, p. 196) Como suplemento dessa transindividuação é referido o uso do *software* livre como base de uma economia da contribuição, visto que seria um modelo des-proletarizado da economia, capaz de reconstituir a individuação (desenvolver um *saber*). O que se impõe é uma democracia que produza a recomposição reticular dos circuitos da *philia*. Seria uma

espécie de *democraphilia*? Embora Stiegler não empregue o termo, parece-nos que a miséria política denunciada na perda da participação pública induzida pela telecracia se evidencia na diferença entre a opinião e a audiência. A telecracia radicaliza a hipersincronização da televisão pulsional.⁵

II. Como reconfigurar digitalmente o espaço público?

O sociólogo Dominique Cardon apresenta a forma política da Internet como uma possibilidade de alargamento do espaço público para além da política representativa tradicional. A hipótese teórica é que a webdemocracia preenche os requisitos de uma sociedade verdadeiramente cosmopolítica e transparente, fora dos cânones dos *gatekeepers*. Que tipo de comunidade podem os internautas construir? Que formas de organização e coordenação dos fluxos de informação se podem reter nesta «cooperação fraca»? Poderá a Internet edificar uma política do comum, fora do quadro da representação tradicional e do mercado? A exposição de si permite um trabalho de autodescoberta e auto-organização?

O autor saúda a chegada ao espaço público de novas formas de tomar a palavra antes restringidas. Para Cardon, as virtudes políticas da Internet residem na capacidade de quem toma a palavra, apesar das aporias comunicacionais de uma burocracia procedimental. Os novos sujeitos, livres dos constrangimentos dos *gatekeepers*, contornam essa filtragem dos *media* convencionais e permitem uma redefinição dos públicos (*a pressuposição de igualdade*), uma diversidade de expressões (*a libertação das subjectividades*) e a porosidade entre a conversação ordinária e a discussão pública (*o público em geral*).

A *pressuposição de igualdade*, da qual a *Wikipédia* seria um bom exemplo, reside no facto de os sujeitos não serem hierarquizados senão pelo que fazem; a sua posição ou qualidade não é considerada de antemão. Porém, esta pressuposição, embora alargue o âmbito da ficção política dos actos eleitorais, desqualifica os imóveis, os menos activos na *web*. Ela aproxima o horizonte democrático dos sempre-participativos. Esta primeira virtude, tal como as outras, é ambivalente. Trata-se de uma «universalidade» desigual que beneficia os mais empenhados.

⁵ «**L'opinion** n'est pas **l'audience**: elle en est le *contraire*. L'opinion a un avis et croit quelque chose: opiner, qui vient de *opinari*, «croire que», signifie se prononcer, énoncer son avis, être avisé, et, en cela donc, croire quelque chose. L'audience, manipulée et désindividué, ne croit plus à rien: elle est désabusée, démotivée et même désespérée, et elle n'exerce aucunement sa capacité à énoncer des avis, et en cela à juger ou à faire des suppositions - les émissions «interactives» où la parole est donnée aux spectateurs ou aux auditeurs, qu'il est souvent très intéressant d'écouter, qui témoignent souvent d'un immense désir de se faire une opinion, ne répondent en rien à cette attente, et ne sont la plupart du temps qu'une parodie.» (Stiegler, 2006/2008, p. 204, ênfase nosso)

Como segunda categoria, Cardon alude à *liberação das subjectividades*: no espaço público tradicional (imprensa, livro, rádio e televisão) não existe verdadeiramente pluralidade democrática. Argumenta Cardon: «A Internet ensinou-nos que, para alargar o círculo da expressão pública, é necessário tolerar os enunciados na primeira pessoa, os pontos de vista assumidos, as vozes irrisórias, os pontos de vista, as afirmações peremptórias, os comentários ousados, poéticos, maníacos, engraçados e vibrantes.» (Cardon, 2009, p. 5) Contudo, como o próprio acrescenta: «A *web* não é, assim, um espaço público unívoco, transparente e liso». (Idem: 5) Na verdade, a *web* está longe de realizar o sonho rousseauiano de uma sociedade totalmente participativa. Felizmente, mantém as zonas de claro-escuro que acolhem eventualmente as experimentações estilísticas e as narrativas mais inventivas. Se as subjectividades se podem exprimir livremente na *web*, elas não estão isentas dos escolhos que provêm de um culto narcísico demasiado acentuado, por um lado, onde a exposição de si, no fundo é despolitizada, e por outro, nesse lugar onde a massificação da expressividade popular contribui para a mercadorização de um capitalismo informacional. Mas ainda aqui, os cânones da política convencional cedem espaço a uma participação mais cidadã que se multiplica num universo do tipo «multidão».

A terceira categoria dá-nos conta de profusão identitária em que a comunicação interpessoal (Facebook, Twitter, etc) parecem enriquecer a discussão pública. No entanto, nesta porosidade entre o espaço público e o espaço de sociabilidade, a vigilância institucional transforma-se num panoptismo generalizado, horizontal, que operacionaliza uma sociedade de controle. A curiosidade insaciável que deriva do fim da vida privada, a excessiva circulação de informações, mais do que revelar um alargamento ingénuo do espaço público, pode ocultar uma opção estratégica.

Que tipo de construção do comum está aqui anunciado? Será a Internet uma instância de profanação da política tradicional? Cardon refere que a Internet pode propiciar um modelo de «cooperações fracas», isto é, uma produção de colectivos auto-organizados onde a vontade de parceria e o estabelecimento de partilhas é um momento prévio a qualquer coordenação. Exemplo disso seria a *Wikipédia*, os *Creative Commons* e o *software* de uso livre. Teríamos assim uma regulação meramente procedimental de valores partilhados com uma margem para a variabilidade e o imprevisto, formando consensos e compromissos acentrados. Porém, há aqui o risco de uma burocracia normativa nos espaços colectivos que afasta os inexperientes. Se por um lado, se mitiga o papel dos *gatekeepers* o seu controlo *a priori*, por outro, os profanos nunca teriam a mesma visibilidade apesar dos enunciados

serem acessíveis a todos; ocorre neste domínio uma hierarquização *ex-post*: o valor e a participação dos internautas guiar-se-ia pelo grau e intensidade de intervenção neste novo espaço público, factor ruinoso para a diversidade. As formas de legitimação «pela massa» fundam-se na velocidade e na circularidade da informação e os formatos standards de legibilidade acabam por ser impostos: quem não se enquadra nesses formatos é vítima de invisibilização. Os blogs e as Redes Sociais generalizam modos de cooperação que são permeáveis a todo o tipo de intervenção. Mas será esta uma nova ordem «republicana» de uma democracia mais participativa, a democracia digital? Não estará a blogosfera cidadã entregue, no fundo, a uma duplicação dos profissionais dos *media* convencionais que desenvolvem aí uma maior liberdade de actuação, fora das restrições dos *gatekeepers*?

Esse processo de alargamento do espaço público permite acrescentar mais três virtudes no sentido de uma pretensa descoberta do comum, onde a individualidade expressiva teria condições para produzir colectividades e ganhar intervenção no contexto político. Essas virtudes seriam *a força das cooperações fracas, a auto-organização e a legitimidade ex-post*. Para Cardon as comunidades da Internet, sendo eletivas, surgem de forma espontânea, sem uma intenção inicial muito vincada, e com pouca regulação. A ação colectiva não vem acompanhada de qualquer projeto comunitário inicial o que pode enriquecer o espaço público devido à ausência dessa racionalidade instrumental. O outro é reconhecido num projecto que se constitui temporalmente sem intenção. «No modelo das «cooperações fracas» a sequência é inversa: os indivíduos partilham sistematicamente os seus recursos, a fim de descobrir pessoas com as quais se possam relacionar para produzirem juntos valores comuns?» (2009, p. 11-12) Mas nessa fragilidade de empenho como pensar o comum, a produção dos colectivos?

As Redes Sociais e a legitimidade *ex-post* não propiciam uma ecologia do espírito no sentido de Stiegler porque não incentivam formas de Super-Eu, mas de efervescência narcísica descentrada relativamente às instâncias de poder. Contudo, um novo panóptico espreita: o de uma sociedade de controle em rede com as suas instâncias de hierarquização e individualização expressiva devidamente enquadradas num projeto standard mercantilizado: a Internet não está fora do circuito mercantil, das empresas comerciais. Os mesmos notáveis dos *media* tradicionais utilizam os blogs e as Redes Sociais para se expressarem de forma mais livre. O universo da webdemocracia, e-democracia ou democracia digital inaugura uma porosidade eventualmente maior; no entanto, os interstícios podem albergar outras possibilidades de des-subjectivação e de intervenção ativista. A blogosfera, a *web*

participativa são novas formas de tomar a palavra, permitidas pelo alargamento do espaço público. Como se a ficção política da Internet pudesse concretizar o sonho da democracia deliberativa de Habermas. Se a Internet dos pioneiros predisponha para os ideais de abertura e criatividade, a partilha do *software* livre, a sua atualidade política diversificou-se numa massificação crescente de blogs e Redes Sociais, um uso mercantil, lúdico, de disfarce identitário a par da informação alternativa e de um espírito militante. No entanto, a Internet não pode ser um espaço público alternativo ao espaço tradicional, de onde brotam instituições (estatais ou não); ela é sobretudo um espaço público de circulação de informação, pautado por um claro-escuro de subjetividades politicamente descomprometidas. Naturalmente que *Wikileaks* pode influenciar a opinião pública de certa maneira, mas a Internet mantém o seu carácter oculto e não transparente. A comunidade interpretativa desta resistência contra o poder assume uma batalha contra-hegemónica e uma partilha expressivista. O ideal comunitário a partir da *web* - modo de reinventar regras de vida colectiva - pode parecer ingénuo porque não considera o fracasso comunicacional da tecnociência. A pretensão da comunicação à universalidade (comunicar com todos sem barreiras) é um pressuposto ideológico que confunde a massificação com a sua institucionalização sob a aparência de um modelo contributivo. A necessidade de regulação interpretativa torna intangível esse trabalho de hibridação dos diálogos entre os internautas: não basta a exposição estatística das informações, visto que é necessária uma interpretação dos dados.

Em *Médiactivistes*, Dominique Cardon e Fabien Granjon, reflectem sobre uma Internet mais militante, uma subversão a partir da técnicopolítica capaz de constituir uma alternativa aos *media* convencionais que operam no espaço público. São duas as perspectivas que desencadeiam essa intervenção: a crítica contra-hegemónica e a orientação expressivista. A primeira intenta evidenciar o carácter propagandístico dos *media* tradicionais e a segunda reivindica um alargamento do espaço público para além dos constrangimentos desses *media*. O papel de uma crítica contra-hegemónica destaca assim os *media* dominantes como vectores de propaganda dos poderes económicos; a desigualdade da repartição dos fluxos informacionais em benefício do sensacionalismo releva do que Stiegler classifica como o lado pulsional dos *media*. Por seu turno, uma crítica expressivista insiste sobre o *empowerment*, a reflexividade, a autodidaxia, a experimentação e a reapropriação da palavra (Cardon, 2010, p. 16), produzindo representações inéditas de um agir colectivo, da possível construção do comum dos *media* alternativos: os indivíduos tornam-se os instrumentos da sua auto-representação fora dos cânones do jornalismo autorizado. Essa

reapropriação colectiva, denunciando as assimetrias dos *media* dominantes, põem à disposição de vastas massas uma outra forma de mobilização comunicacional. A intervenção dos *watchdogs* na crítica contra-hegemónica ironiza a suposta autonomia profissional que mais não é do que uma ideologia de auto-legitimação. De outra parte, o ativismo mediático e o video-ativismo descentralizam os *media* elegendo uma polifonia de subjetividades, lutando contra o *mainstream* e multiplicando os pontos de vista a favor de uma contracultura. O princípio da publicação aberta (*open publishing*) de colectivos como a *Indymedia* e os movimentos altermundialistas parecem contornar as formas de totalização e dominação. Um deslocamento das subjetividades cultiva uma cultura expressiva, na primeira pessoa, investimento de afectos, desvios irónicos, uma mobilização a partir das bases, permitindo a expressão pública de práticas informacionais originais.⁶

Que tipo de governamentalidade deriva da Internet: um liberalismo radical e desordenado ou uma democracia participativa capaz de cumprir o sonho alargado de um republicanismo utópico? Apesar de Cardon aludir a uma pressuposição de igualdade, a uma «parte dos sem parte» e a uma ausência de hierarquia onde não atua uma autoridade centralizada, a rede das redes apresenta um panorama difuso entre o militantismo mais empenhado e as vozes quotidianas irrisórias, onde é visível uma despolitização e uma finalidade exibicionista. A ficção política da Internet é uma causa por cumprir ou poderá levar à construção de um comum que deva, apesar de tudo superar a ambivalência de uma exposição individual-narcísica e produzir uma verdadeira associação deliberativa inserida numa esfera pública.

Bibliografia

- CARDON, Dominique (2010), *La démocratie Internet. Promesses et limites*, Paris: Seuil.
- ____ (2009), «Vertus démocratiques de L'Internet» Grenoble: *La Vie des Idées.fr* (<http://www.laviedesidees.fr/Vertus-democratiques-de-l-Internet.html>)
- CARDON, Dominique; GRANJON, Fabien (2010), *Médiactivistes*, Paris: Presses de Sciences Po.
- STIEGLER, Bernard (2003), *Aimer, s'aimer, nos aimer. Du 11 septembre au 21 avril*, Paris: Galilée
- ____ (2005), *Constituer L'Europe. 2. Le motif européen*, Paris: Galilée.
- ____ (2008), *Économie de l'hypermatériel et psychopouvoir. Entretiens avec Philippe Petit et Vincent Bontems*, Paris: Mille et une Nuits.
- ____ (2012), *États de choc. Bêtise et savoir au XXe siècle*, Paris: Mille et Une Nuits.
- ____ (2006/2008), *La Télécratie contre la Démocratie. Lettre Ouverte aux représentants politiques*, Paris, Chamos: Flammarion.
- ____ (2004), *Mécréance et Discrédit. 1. La décadence des démocraties industrielles*, Paris: Galilée.
- ____ (2006), *Mécréance et Discrédit. 2. Les sociétés incontrôlables d'individus désaffectés*, Paris: Galilée.

⁶ «L'espace public numérique s'ouvre ainsi à de nouvelles formes d'échange qui «déformalisent» le débat public traditionnel.» (Idem, p. 122)

- ____ (2006a), *Mécréance et Discrédit. 3. L'esprit perdu du capitalisme*, Paris: Galilée.
- ____ (2008a), *Prendre Soins. 1. De la Jeunesse et des Générations*, Paris: Flammarion.
- ____ (2009), *Pour une critique de l'économie politique*, Paris: Galilée.
- ____; Ars Industrialis (2006b), *Réenchâter Le Monde. La valeur esprit contre le populisme industriel*, Paris: Flammarion.
- ____; CRÉPON, Marc (2007), *De la démocratie participative. Fondements et limites*, Paris: Mille et Une Nuits.